



Processo Judicial Eletrônico - 2º Grau
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Detalhe do Processo
Número do Processo: 0719109-26.2019.8.07.0000 Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Órgão Julgador: Gabinete do Des. Jesuino Rissato Órgão Julgador Colegiado: Conselho Especial Data de distribuição: 24 de Setembro de 2019 Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) - Licitações (10385) - Adjudicação (10393)

Informações do processo

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
ANDRE PUPPIM MACEDO	ADVOGADO
NG - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	IMPETRANTE

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
DESEMBARGADOR RELATOR DO MS 0714182-17.2019.8.07.0000	IMPETRADO

Movimentação do Processo	
Data de atualização	Movimento
10/02/2020 14:41:34	Juntada de Petição de diligência
10/02/2020 14:37:12	Juntada de Petição de diligência
31/01/2020 14:20:02	Juntada de Petição de diligência
30/01/2020 18:12:50	Arquivado Definitivamente
30/01/2020 18:12:25	Juntada de certidão
30/01/2020 17:33:33	Recebido o Mandado para Cumprimento
30/01/2020 17:30:16	Recebido o Mandado para Cumprimento
30/01/2020 17:30:16	Recebido o Mandado para Cumprimento
30/01/2020 17:26:38	Expedição de Mandado.

Data de atualização	Movimento
30/01/2020 17:25:26	Expedição de Mandado.
30/01/2020 17:24:35	Expedição de Mandado.
30/01/2020 17:14:53	Expedição de Mandado.
30/01/2020 17:13:56	Expedição de Mandado.
30/01/2020 17:13:13	Expedição de Mandado.
19/11/2019 04:12:14	Decorrido prazo de NG - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA em 18/11/2019 23:59:59.
26/10/2019 02:44:16	Decorrido prazo de DISTRITO FEDERAL em 25/10/2019 23:59:59.
23/10/2019 02:46:04	Publicado Decisão em 23/10/2019.
23/10/2019 02:46:04	Disponibilizado no DJ Eletrônico
21/10/2019 14:32:57	Expedição de Outros documentos.
18/10/2019 16:52:05	Recebidos os autos
18/10/2019 16:52:05	Decisão monocrática de mérito
16/10/2019 02:41:54	Decorrido prazo de NG - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA em 15/10/2019 23:59:59.
15/10/2019 12:16:16	Conclusos para decisão - Magistrado(a) JESUINO APARECIDO RISSATO
15/10/2019 08:33:46	Decorrido prazo de TVA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP em 14/10/2019 23:59:59.
14/10/2019 18:53:10	Conclusos para Relator(a) - Magistrado(a) JESUINO APARECIDO RISSATO
14/10/2019 18:52:40	Juntada de certidão
14/10/2019 18:32:03	Juntada de Petição de embargos de declaração
07/10/2019 02:17:06	Publicado Decisão em 07/10/2019.
04/10/2019 02:28:28	Disponibilizado no DJ Eletrônico
03/10/2019 02:55:57	Decorrido prazo de PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL em 02/10/2019 23:59:59.
02/10/2019 18:06:08	Juntada de certidão
02/10/2019 18:02:58	Expedição de Outros documentos.
01/10/2019 18:40:07	Juntada de certidão
30/09/2019 18:59:02	Recebidos os autos
30/09/2019 18:59:01	Negativa de Seguimento
30/09/2019 17:13:49	Conclusos para decisão - Magistrado(a) JESUINO APARECIDO RISSATO

Data de atualização	Movimento
30/09/2019 17:13:48	Recebidos os autos
28/09/2019 03:05:42	Decorrido prazo de CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP em 27/09/2019 23:59:59.
28/09/2019 03:05:33	Decorrido prazo de SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS em 27/09/2019 23:59:59.
26/09/2019 21:50:04	Juntada de Petição de diligência
26/09/2019 21:50:04	Mandado devolvido entregue ao destinatário
26/09/2019 21:47:11	Juntada de Petição de diligência
26/09/2019 21:47:11	Mandado devolvido entregue ao destinatário
25/09/2019 17:16:19	Juntada de Petição de diligência
25/09/2019 17:16:19	Mandado devolvido entregue ao destinatário
25/09/2019 17:14:04	Juntada de Petição de diligência
25/09/2019 17:14:03	Mandado devolvido entregue ao destinatário
25/09/2019 17:09:29	Juntada de Petição de diligência
25/09/2019 17:09:29	Mandado devolvido entregue ao destinatário
25/09/2019 17:06:51	Juntada de Petição de diligência
25/09/2019 17:06:51	Mandado devolvido entregue ao destinatário
25/09/2019 14:52:31	Juntada de Petição de diligência
25/09/2019 14:52:30	Mandado devolvido entregue ao destinatário
25/09/2019 12:54:21	Juntada de Petição de petição
25/09/2019 10:47:45	Juntada de Petição de petição
25/09/2019 10:46:13	Juntada de Petição de petição
25/09/2019 02:15:41	Publicado Despacho em 25/09/2019.
24/09/2019 16:34:06	Conclusos para Relator(a) - Magistrado(a) JESUINO APARECIDO RISSATO
24/09/2019 16:33:42	Juntada de certidão
24/09/2019 16:23:53	Redistribuído por determinação judicial em razão de encaminhamento
24/09/2019 16:22:24	Juntada de certidão
24/09/2019 16:22:02	Juntada de certidão
24/09/2019 15:50:53	Recebido o Mandado para Cumprimento

Data de atualização	Movimento
24/09/2019 15:50:53	Recebido o Mandado para Cumprimento
24/09/2019 15:50:13	Recebido o Mandado para Cumprimento
24/09/2019 15:50:12	Recebido o Mandado para Cumprimento
24/09/2019 15:48:33	Recebido o Mandado para Cumprimento
24/09/2019 15:45:53	Recebido o Mandado para Cumprimento
24/09/2019 15:22:12	Juntada de certidão
24/09/2019 15:09:20	Expedição de Mandado.
24/09/2019 15:08:11	Expedição de Mandado.
24/09/2019 15:06:38	Expedição de Mandado.
24/09/2019 15:03:15	Expedição de Mandado.
24/09/2019 15:01:53	Expedição de Mandado.
24/09/2019 15:00:36	Expedição de Mandado.
24/09/2019 14:44:40	Expedição de Mandado.
24/09/2019 14:44:04	Expedição de Mandado.
24/09/2019 14:43:13	Expedição de Mandado.
24/09/2019 12:20:44	Juntada de Petição de petição
24/09/2019 02:52:16	Disponibilizado no DJ Eletrônico
23/09/2019 16:50:44	Recebidos os autos
23/09/2019 16:50:43	Reforma de decisão anterior
23/09/2019 16:45:29	Conclusos para decisão - Magistrado(a) SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA
23/09/2019 14:56:42	Conclusos para Relator(a) - Magistrado(a) SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA
23/09/2019 14:56:16	Juntada de certidão
20/09/2019 17:50:13	Expedição de Outros documentos.
20/09/2019 17:41:57	Classe Processual AGRAVO INTERNO CÍVEL (1208) alterada para MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)
20/09/2019 17:31:01	Juntada de Petição de diligência
20/09/2019 17:31:01	Mandado devolvido entregue ao destinatário
20/09/2019 17:24:22	Juntada de Petição de diligência
20/09/2019 17:24:21	Mandado devolvido entregue ao destinatário
20/09/2019 15:22:50	Juntada de Petição de petição
19/09/2019 17:35:24	Recebidos os autos

Data de atualização	Movimento
19/09/2019 17:35:23	Proferido despacho de mero expediente
19/09/2019 16:18:19	Conclusos para despacho - Magistrado(a) SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA
19/09/2019 14:20:22	Recebido o Mandado para Cumprimento
19/09/2019 14:17:41	Recebido o Mandado para Cumprimento
19/09/2019 14:17:32	Juntada de certidão
19/09/2019 13:59:08	Recebido o Mandado para Cumprimento
18/09/2019 18:32:50	Juntada de Petição de agravo interno
18/09/2019 17:41:05	Conclusos para Relator(a) - Magistrado(a) SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA
18/09/2019 17:40:45	Juntada de certidão
18/09/2019 17:40:22	Juntada de certidão
18/09/2019 17:07:08	Expedição de Mandado.
18/09/2019 16:58:59	Expedição de Mandado.
18/09/2019 16:56:37	Expedição de Mandado.
18/09/2019 16:31:30	Juntada de certidão
18/09/2019 16:03:33	Expedição de Mandado.
18/09/2019 16:03:21	Expedição de Mandado.
18/09/2019 16:03:10	Expedição de Mandado.
17/09/2019 16:15:06	Recebidos os autos
17/09/2019 16:15:05	Defiro
17/09/2019 16:13:10	Conclusos para decisão - Magistrado(a) Gabinete do Des. Sandoval Oliveira
13/09/2019 14:29:42	Conclusos para Relator(a) - Magistrado(a) SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA
13/09/2019 14:29:23	Juntada de certidão
13/09/2019 13:54:59	Recebidos os autos
13/09/2019 13:54:59	Remetidos os Autos da(o) SUDIA para Secretaria - (outros motivos)
13/09/2019 13:54:57	Juntada de certidão
12/09/2019 18:18:19	Distribuído por sorteio

Visualizado/Impresso em:13/02/2020 16:25:42

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0719109-26.2019.8.07.0000
IMPETRANTE: NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
IMPETRADO: DESEMBARGADOR RELATOR DO MS 0714182-17.2019.8.07.0000
RELATOR: Desembargador JESUINO RISSATO

V I S T O S, etc.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por NG – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA em face de outra decisão liminar proferida pelo E. Desembargador SEBASTIÃO COELHO DA SILVA nos autos do Mandado de Segurança nº 0714182-17.2019.8.07.000, também em tramitação perante esse Egrégio Conselho Especial e outrora impetrado por TVA Construção Eireli contra ato da Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do Diretor Presidente da Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Narra que a empresa TVA Construção Eireli impetrara o referido mandado de segurança com o intuito de ver retomado o prosseguimento de procedimento licitatório e de contratação regulados pelo Edital de Concorrência n. 01/2018 – ASCAL/PRES. Subsidiariamente, requereu, em caráter preventivo, a sustação de qualquer efeito que emane da Decisão n. 2466/2019, do Plenário do TCDF.

Informa que em um primeiro momento a autoridade coatora concedeu a liminar para suspender os efeitos da citada Decisão n. 2466/2019, bem como o curso da Concorrência n. 01/2018 até julgamento do mérito. Entretanto, após a oposição de embargos de declaração pelo Distrito Federal, estes foram acolhidos para declarar a nulidade da participação da NG na concorrência, bem assim para declarar como vencedora a TVA, determinando seja adjudicado o objeto licitado. Argumenta que a decisão judicial ora questionada extrapola os termos da petição inicial, acarretando a perda do objeto do próprio *writ* no qual proferida, além de não ter havido, ainda, qualquer manifestação do Ministério Público naqueles autos.

Requer a sustação da eficácia do ato coator, porquanto eivado de vícios, e, na hipótese de manutenção da liminar, sejam mantidos os termos da decisão prolatada em 30/07/2019, que suspendeu o curso da Concorrência n. 01/2018 até julgamento de mérito do *mandamus*, e não para declarar a nulidade da participação da NG Engenharia e Construções Ltda na licitação. Custas devidamente recolhidas (ID 11230247).

O feito foi distribuído originariamente à Relatoria do E. Desembargador Sandoval Oliveira que, em 17 de setembro último, deferiu medida liminar *“para suspender os efeitos da ordem judicial proferida pelo Desembargador Sebastião Coelho da Silva no dia 29/08/2019, nos autos do mandado de segurança n. 0714182-17.2019.8.07.0000, devendo prevalecer a decisão proferida no dia 26/07/2019 até que outra seja exarada dentro dos limites da lide”*.

Antes, porém, de vir a ser efetivada a medida acauteladora, o Des. Sandoval Oliveira, em 23 de setembro seguinte, logo após a interposição de agravo interno pela TVA Construção Eireli, no qual suscitou sua incompetência relativa em razão de prevenção do E. Des. Alfeu Machado, revogou integralmente sua decisão e determinou a redistribuição dos autos.

Em 24/09/2019 os autos foram redistribuídos no órgão, mas de forma aleatória, haja vista o afastamento legal do Des. Alfeu Machado no período, vindo-me conclusos na mesma data. No dia seguinte o Distrito Federal, por intermédio de sua Procuradoria, peticionou nos autos requerendo o indeferimento do pedido liminar, pugnando pela manutenção da decisão proferida pelo Des. Sebastião Coelho nos autos do MS 0714182.17.2019.8.07.0000.

No mesmo dia, a impetrante também peticionou nos autos juntando novos documentos e reiterando os pedidos ora formulados no *writ*.

Éo breve relatório. Decido.

O caso é de indeferimento da petição inicial.

Com efeito, investe o impetrante contra decisão liminar proferida no mandado de segurança nº 32.17.2019.8.07.0000, em curso perante esse mesmo órgão jurisdicional, o E. Conselho

Número do documento: 19093018590140300000011309330

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093018590140300000011309330>

Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 30/09/2019 18:59:01

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

Especial do TJDF.

A rigor, portanto, trata-se aqui de impugnação, pela via do mandado de segurança, de decisão monocrática concessiva de liminar, proferida por membro deste Conselho Especial, o E. Des. Sebastião Coelho, no exercício pleno de sua jurisdição em outro mandado de segurança, anteriormente aforado perante este mesmo órgão.

Nesse passo, o art. 16, parágrafo único, da Lei nº 12.016, de 7/8/2009, é clara ao estipular que da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar no mandado de segurança caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre.

Admitir que a decisão monocrática do relator de um mandado de segurança, concedendo ou denegando a liminar, possa ser atacada através de um outro mandado de segurança, impetrado perante o mesmo órgão julgador, no caso o Conselho Especial do TJDF, é transformar o órgão julgador, simultaneamente, em autoridade coatora e julgadora, o que é evidentemente inviável, por absoluta falta de previsão legal.

Essa questão já foi por diversas vezes analisada em julgados do Superior Tribunal de Justiça com relação a sua Corte Especial, órgão jurisdicional de competência similar, dentro da função constitucional de cada Tribunal, é claro, à exercida por este Conselho Especial.

Confirmam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO PROFERIDO PELA CORTE ESPECIAL E ATO DO JUIZ INSTRUTOR. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial da Corte Especial sob pena de configuração da bizarra situação de ser este Colegiado, simultaneamente, órgão julgador e autoridade coatora. Precedentes.

2. A Lei n. 8.038/1990 é regulamentada, quanto à atuação do juiz instrutor, na forma do art. 21, XX, do Regimento Interno do STJ, pela Resolução n. 3 de 21 de fevereiro de 2014, que prevê, em seu art. 1º, § 2º, a existência de recurso contra ato do juiz instrutor.

3. A jurisprudência é firme no sentido de que “não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição” (Sumula n. 267/STF). Inexistência de teratologia ou ilegalidade manifesta.

4. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (AgRg no MS 22.139/TO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/12/2015, DJe 02/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. ATO APONTADO COMO COATOR: ACÓRDÃO DA CORTE ESPECIAL DO STJ. MANUTENÇÃO DE DECISÃO DO VICE-PRESIDENTE DE INADMISSÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Não cabe mandado de segurança para a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça quando esta figure como autoridade coatora, pois, não havendo previsão na legislação processual, não pode esse órgão ser, a um só tempo, julgador e coator. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no MS 20.852/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/05/2015, DJe 25/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL DA CORTE ESPECIAL. AUSÊNCIA DE CARÁTER TERATOLÓGICO. IMPOSSIBILIDADE DE A CORTE ESPECIAL, SIMULTANEAMENTE, ATUAR COMO ÓRGÃO JULGADOR E AUTORIDADE COATORA. DESCABIMENTO.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão monocrática que denegou Segurança, em razão de seu manifesto descabimento.

O writ tem por objeto acórdão proferido pela Corte Especial, que, com base no art.

Número do documento: 19093018590140300000011309330

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093018590140300000011309330>

Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 30/09/2019 18:59:01

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

543-A, § 5º, do CPC, confirmou a inadmissibilidade de Recurso Extraordinário.

3. Descabe à Corte Especial do STJ atuar, a um só tempo, como órgão julgador e autoridade impetrada.

[...].

8. Agravo Regimental não provido. (AgRg no MS 21.371/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/03/2015, DJe 27/04/2015).

O raciocínio, *mutatis mutandis*, aplica-se perfeitamente à hipótese.

Se a decisão monocrática objeto desse *writ* foi proferida por membro do Conselho Especial, trata-se, decerto, de provimento jurisdicional emanado do próprio órgão, ainda que em caráter precário. Assim, entendo inadmissível mandado de segurança em que a autoridade coatora seja igualmente a autoridade julgadora, sob pena de ofensa a princípios e regras basilares de competência no âmbito do processo civil.

Como foi dito, o recurso próprio previsto contra a decisão liminar objeto desta impetração é sabidamente o agravo interno, ao qual é possível, em tese, a excepcional atribuição de efeito suspensivo pelo Relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, conforme a dicção expressa do art. 995, parágrafo único, c/c art. 996, ambos do NCPC.

Nesse norte, sendo o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação a tese defendida no presente *writ*, a impetrante carece então de interesse de agir, na medida em que não há nos autos sequer notícia de interposição do recurso próprio (agravo interno) contra a decisão concessiva de liminar proferida pelo Des. Sebastião Coelho no MS nº 0714182-17.2019.8.07.0000.

Em outras palavras, se ainda não esgotada a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo pelo Relator, a impetração se mostra, no mínimo, açodada.

Nem se diga, de outro lado, que a situação em análise ensejaria a aplicação da Súmula 202/STJ, que assim dispõe:

SÚMULA N. 202. A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.

Isso porque é a própria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quem restringe o alcance do Enunciado, admitindo sua aplicação apenas nas hipóteses em que o terceiro não tenha tido oportunidade de interposição do recurso adequado.

Nesse sentido, precedente indicativo da jurisprudência dominante no âmbito do Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT CONTRA DECISÃO JUDICIAL. TERCEIRO. SÚMULA 202 DO STJ. APLICAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA.

1. De acordo com a Súmula 202 desta Corte, "a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso".

2. A incidência do aludido verbete contempla "tão somente aquele que não teve condições de tomar ciência da decisão que lhe prejudicou, ficando impossibilitado de se utilizar do recurso cabível", pois a "condição de terceiro pressupõe o desconhecimento e ausência de manifestação no processo", sendo essa a hipótese dos autos, visto que os impetrantes não tiveram oportunidade de impugnar o ato judicial.

(...)

5. Recurso ordinário parcialmente provido, para admitir a impetração do writ por terceiro, mantendo-se a extinção do feito sem exame do mérito por fundamentação distinta. Agravo interno prejudicado. (RMS 50858/DF, Rel. Min. Gurgel de Faria, 1ª Turma, DJe de 03/03/2017)



Número do documento: 19093018590140300000011309330

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093018590140300000011309330>

Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 30/09/2019 18:59:01

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

Essa, evidentemente, não é hipótese dos autos. O ora impetrante, terceiro prejudicado no MS 0714182-17.2019.8.07.0000, não só tomou conhecimento da concessão da medida liminar, tanto que impetrou o presente *writ*, como também peticionou ao Relator daqueles autos, pleiteando a reconsideração da decisão.

Ao caso, portanto, não se aplica o Enunciado da Súmula 202, do STJ.

Destarte, demonstrado o não cabimento do mandado de segurança na hipótese, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL**, com fundamento no art. 10, *caput*, da Lei 12.016/09, c/c art. 226, I, do RITJDFT e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, I, do CPC. Intime-se.

Após, archive-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Desembargador Jesuino Rissato
Relator



Número do documento: 19093018590140300000011309330

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093018590140300000011309330>

Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 30/09/2019 18:59:01

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0719109-26.2019.8.07.0000
EMBARGANTE: NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
EMBARGADO: DESEMBARGADOR RELATOR DO MS 0714182-17.2019.8.07.0000
RELATOR: Desembargador JESUINO RISSATO

V I S T O S, etc.

Trata-se de Embargos de Declaração em Mandado de Segurança, impetrado por NG – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA em face de decisão de minha relatoria que indeferiu a inicial do *writ* e julgou extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, I do CPC. Sustenta o embargante, preliminar de prevenção do Desembargador Alfeu Machado, por ter este recebido o Mandado de Segurança nº 0717903-74.2019.8.07.0000, distribuído anteriormente. No mérito, aduz omissão quanto à alegação de que, apesar de ser cabível agravo interno contra a decisão anterior do E. Desembargador Sebastião Coelho, nos autos do Mandado de Segurança nº 0714182-17.2019.8.07.000, o referido recurso não possui efeito suspensivo, motivo pelo qual foi impetrado o presente mandado de Segurança. Sustenta que a r. decisão é *extra petita*, extrapolando o objeto do Mandado de Segurança nº 0714182-17, merecendo ser considerada ilegal.

Requer, então, o provimento dos embargos para que seja sanada a alegada omissão e concedida a liminar requerida.

Éo breve relatório. Decido.

Da preliminar de prevenção do Desembargador Alfeu Machado

O embargante sustenta a prevenção do Desembargador Alfeu Machado, por ter sido a ele distribuído anteriormente MSG nº 0717903-74.2019.8.07.0000.

Sem razão, contudo.

Nos termos do art. 85, do Regimento Interno deste Tribunal, *no período de afastamento do desembargador, a prevenção será observada somente em relação ao órgão que integra, não havendo compensação.*

Verifica-se pela certidão de ID 11470186 que o Desembargador Alfeu Machado estava afastado na data da distribuição deste mandado de segurança (24/09/2019), logo, foi obedecida a regra prevista no art. 85, do RITJDFT, sendo os autos redistribuídos no órgão, motivo pelo qual foram encaminhados aleatoriamente a este relator.

Portanto, rejeito a preliminar.

Do mérito

Como o presente recurso se volta contra decisão monocrática, cabe ao Relator seu julgamento, conforme as regras legais e regimentais.

Analisando os embargos opostos, verifico que não há qualquer omissão a ser sanada.

O embargante afirma que a decisão é carente de fundamentação, quanto à alegação de que, apesar de ser cabível agravo interno contra a decisão anterior, o referido recurso não possui efeito suspensivo, motivo pelo qual deve ser processado o presente mandado de Segurança. Ocorre que, diferentemente do que sustenta o recorrente, a tese foi devidamente analisada. Vejamos:

Como foi dito, o recurso próprio previsto contra a decisão liminar objeto desta impetração é sabidamente o agravo interno, ao qual é possível, em tese, a excepcional atribuição de efeito suspensivo pelo Relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso,

Número do documento: 19101816520501700000011686765

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101816520501700000011686765>

Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 18/10/2019 16:52:05

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

conforme a dicção expressa do art. 995, parágrafo único, c/c art. 996, ambos do NCPC.

Nesse norte, sendo o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação a tese defendida no presente writ, a impetrante carece então de interesse de agir, na medida em que **não há nos autos sequer notícia de interposição do recurso próprio (agravo interno)** contra a decisão concessiva de liminar proferida pelo Des. Sebastião Coelho no MS nº 0714182-17.2019.8.07.0000.

Em outras palavras, **se ainda não esgotada a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo pelo Relator, a impetração se mostra, no mínimo, açodada.**

Nem se diga, de outro lado, que a situação em análise ensejaria a aplicação da Súmula 202/STJ, que assim dispõe:

SÚMULA N. 202. A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.

Isso porque é a própria jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quem restringe o alcance do Enunciado, admitindo sua aplicação apenas nas hipóteses em que o terceiro não tenha tido oportunidade de interposição do recurso adequado.

Nesse sentido, precedente indicativo da jurisprudência dominante no âmbito do Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT CONTRA DECISÃO JUDICIAL. TERCEIRO. SÚMULA 202 DO STJ. APLICAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA.

1. **De acordo com a Súmula 202 desta Corte, "a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso".**

2. **A incidência do aludido verbete contempla "tão somente aquele que não teve condições de tomar ciência da decisão que lhe prejudicou, ficando impossibilitado de se utilizar do recurso cabível", pois a "condição de terceiro pressupõe o desconhecimento e ausência de manifestação no processo", sendo essa a hipótese dos autos, visto que os impetrantes não tiveram oportunidade de impugnar o ato judicial.**

(...)

5. Recurso ordinário parcialmente provido, para admitir a impetração do writ por terceiro, mantendo-se a extinção do feito sem exame do mérito por fundamentação distinta. Agravo interno prejudicado.

(RMS 50858/DF, Rel. Min. Gurgel de Faria, 1ª Turma, DJe de 03/03/2017)

Essa, evidentemente, não é hipótese dos autos. O ora impetrante, terceiro prejudicado no MS 0714182-17.2019.8.07.0000, não só tomou conhecimento da concessão da medida liminar, tanto que impetrou o presente writ, como também peticionou ao Relator daqueles autos, pleiteando a reconsideração da decisão. Ao caso, portanto, não se aplica o Enunciado da Súmula 202, do STJ.

Inviável, assim, a pretensão defensiva, haja vista a natureza dos embargos de declaração, o qual, como consabido, presta-se a sanar eventual omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade do julgado, e não à reapreciação da matéria julgada.

Ausente, portanto, o vício alegado, hei por bem **negar provimento** ao recurso.

Intime-se.

Após as providências de praxe, archive-se.



16 de outubro de 2019
Número do documento: 0714182-17.2019.8.07.000011686765

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101816520501700000011686765>

Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 18/10/2019 16:52:05

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

Desembargador Jesuino Rissato
Relator



Número do documento: 19101816520501700000011686765
<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19101816520501700000011686765>
Assinado eletronicamente por: JESUINO APARECIDO RISSATO - 18/10/2019 16:52:05
Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC 7CD10405

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SCCM

Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura

Praça Municipal, lote 1, Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa | bl. "A", 4º andar, ala "C", salas 420 e 422

(61) 3103 7000, (61) 3103 0806 (fax) | CEP 70094-900, Brasília-DF | www.tjdft.jus.br

Pje n.: 0719109-26.2019.8.07.0000

Nesta data, faço a remessa dos presentes autos ao **ARQUIVO**.

Brasília/DF, 30 de janeiro de 2020.

Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura

Assinado eletronicamente por: **RAFAELA VAZ FORMIGA**

30/01/2020 18:12:25

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento:



2001301812252160000001354863

IMPRIMIR

GERAR PDF